

## UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

### PUBLIC LANDSCAPING USE IN MUNICIPAL PLANNING

**Eng. MSc. Victor Barbosa do Carmo<sup>1</sup>**

LabFSG/UFSC

aratingaambiental@gmail.com

**Prof. Dr. Paola Beatriz May Rebollar<sup>2</sup>**

Faculdade Cesusc/ CCA-UFSC

paola.rebollar@gmail.com

**Prof. Dr. Carlos Loch<sup>1</sup>**

LabFSG/UFSC

carlos.loch@ufsc.com

#### RESUMO

Após a revolução industrial as cidades cresceram rapidamente sem a devida infraestrutura necessária. O conceito de planejamento territorial e urbano tem o objetivo de implementar áreas verdes em meio aos maciços urbanos de modo a criar condições de vida mais favoráveis aos habitantes. Para o sucesso do planejamento urbano é essencial conhecer a opinião e os anseios dos moradores da cidade. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a utilização de espaços verdes públicos por um grupo de estudantes de nível superior do município de Palhoça, estado de Santa Catarina. O método utilizado foi de entrevista semiestruturada, com objetivos específicos de: a) Identificar o espaço verde de uso público mais utilizado; b) definir o uso mais frequente; c) delimitar a periodicidade de utilização; d) determinar os anseios dos usuários acerca dos elementos que compõem o espaço. Todos os entrevistados disseram que utilizam espaços verdes periodicamente para o passeio com filhos pequenos e/ou com seus cachorros e em segundo foi citada a prática de exercício físico de caminhada. Todos os entrevistados gostariam de ter mais elementos de infraestrutura como mesas, banheiros e estacionamento. Neste estudo vimos à necessidade do relacionamento das pessoas com os elementos da natureza, porém a maioria dos entrevistados não dispunha de parque para visita próximo de suas casas. A necessidade de elementos de infraestrutura expressa a ideia de que as pessoas gostariam de passar mais tempo no parque, mas não o fazem por não conseguirem suprir suas necessidades fisiológicas. Durante o processo de planejamento dos espaços verdes a população precisa ser consultada para a definição dos objetivos e necessidade dos seus usuários.

**Palavras chave:** planejamento territorial e urbano, espaços verdes públicos, infraestrutura de parques.

## ABSTRACT

After the industrial revolution cities have grown rapidly without adequate infrastructure needed. The concept of territorial and urban planning aims to implement green areas among the urban masses in order to create living conditions more favorable to the inhabitants. For the success of urban planning is essential to know the opinion and concerns of city residents. This research has as main objective to analyze the use of public green spaces by a group of university students in the city of Palhoça, state of Santa Catarina. The method used was semi-structured interview, with specific objectives: a) Identify the green space for public use more used; b) define the most frequent use; c) define the frequency of use; d) determine the wishes of the users about the elements that make up the space. All respondents said they use green spaces periodically to ride with small children and / or their dogs and secondly was cited the practice of physical exercise walk. All respondents would like to have more infrastructure elements such as tables, restrooms and parking. In this study we saw the need of the relationship of people with the elements of nature, but the majority of respondents did not have to park visitation close to their homes. The need for infrastructure elements express the idea that people would like to spend more time in the park, but do not because they cannot meet their physiological needs. During the planning process of green space to population needs to be consulted to define the goals and needs of its users.

Keywords: territorial and urban planning, public green spaces, parks infrastructure.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana os problemas relacionados com as cidades têm evoluído desde quando passamos de caçadores coletores para agricultores, com o início do estabelecimento de residências fixas e o crescimento dos aglomerados populacionais. Após a revolução industrial e o avanço da tecnologia houve êxodo rural dos agricultores menos favorecidos em busca de empregos assalariados e suposto acesso ao desenvolvimento e suas facilidades. Com isto as cidades cresceram rapidamente sem a devida infraestrutura necessária e os aglomerados urbanos passaram a ser locais insalubres onde a expectativa de vida da maioria dos adultos era baixa e a mortalidade infantil alta (BIRKHOLZ, 1983).

Com a finalidade de criar condições de vida mais favoráveis aos habitantes dos centros urbanos, foi criado o conceito de planejamento territorial e urbano, com notória preocupação em embelezar e sanear as cidades além de construir, ampliar e ordenar o território (BIRKHOLZ, 1983). Neste sentido, as áreas verdes desempenham papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Segundo Jacobs (2011), os espaços verdes de uso público ou os parques de bairro são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Os parques podem constituir-se em elementos maravilhosos aos bairros e também um trunfo econômico para a

vizinhança. No entanto, os parques costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade, em muitas cidades existem dúzias de vazios urbanos desprezados chamados de parques, destruídos pela decadência, sem uso e dominados pela criminalidade (JACOBS, 2011).

Com intuito de ordenar o desenvolvimento das cidades brasileiras a Constituição Federal de 1988 estabeleceu no artigo 182 a Política Urbana, com objetivo de garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes. Para a implementação desta política foi criada a lei 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, que estabelece normas de ordem pública e de interesse social expressas em um plano diretor, regulando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade foram estabelecidas 16 diretrizes gerais, sendo a primeira delas a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Para o sucesso do planejamento urbano é essencial conhecer a opinião dos moradores da cidade. Segundo Jacobs (2011) são as pessoas que dão utilidade aos parques e fazem dele um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a utilização de espaços verdes públicos por um grupo de estudantes de nível superior do município de Palhoça, estado de Santa Catarina. A pesquisa realizada é um estudo sobre o relacionamento entre as pessoas e o ambiente construído, destacando suas implicações na qualidade de vida dos moradores e sua importância para o planejamento do espaço urbano.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Na sociedade industrial moderna existe um momento pré-definido onde o cidadão passa da condição de trabalho para a condição de não trabalho, tendo um tempo livre para momentos de repouso ou realização de atividades sem fins lucrativos e não por obrigação. Porém, possuir um tempo livre pode gerar graves problemas para a sociedade, que é como empregar este tempo vazio? Sem opções de lazer e recreação o homem tende a assumir uma atitude passiva e vazia, transformando o tempo livre em momentos de aborrecimento e agressividade. A história do planejamento territorial nada mais é do que um reflexo das mudanças de atitude do homem em relação aos seus meios de vida, sua necessidade de abrigo e ao tempo empregado em repouso e recreação (BIRKHOLZ, 1983).

Portanto, existe uma relação muito estreita entre o emprego do tempo livre, recreação e planejamento territorial. A organização racional do espaço urbano deve

disponibilizar espaços para a utilização do tempo livre dos trabalhadores, implantação de equipamentos apropriados para a recreação e criar condições para o desenvolvimento humano com saúde e qualidade de vida. Segundo Birkohlz (1983), para o estabelecimento de um plano de recreação devem ser seguidos cinco critérios básicos: 1) a maior utilização possível e de todos os públicos, as áreas de recreação. 2) economia de construção e manutenção. 3) facilidade de acesso, funcionamento, supervisão e segurança. 4) máximo de arte e aproveitamento das belezas naturais. 5) prever locais para recreio contemplativo, ativo e educacional.

Um dos primeiros movimentos de planejamento urbano que se preocupou com qualidade de vida nos centros urbanos foi idealizado pelo inglês Ebenezer Howard (2002), denominado de Cidade Jardim. Ele baseou seus estudos na premissa de que a cidade era “o símbolo da sociedade, da ciência, da arte, da cultura, e da religião” e o campo era

“o símbolo do amor e do zelo de Deus pelo homem. Tudo o que somos e o que temos vem de lá. Nossos corpos são formados dele: a ele retornarão. Somos alimentados por ele, vestidos por ele e por ele somos aquecidos e abrigados. Em seu seio repousamos. Sua beleza é a inspiração da arte, da música e da poesia. Suas forças empurram todas as engrenagens da indústria. O campo é a fonte de toda a saúde, de toda a riqueza, de todo o conhecimento” (HOWARD, 2002).

O movimento da Cidade Jardim buscou valorizar a estética campestre, com o plantio de árvores nas vias urbanas como elemento essencial na paisagem. A primeira cidade jardim inglesa, Letchwoth Garden City, apresentava um traçado informal das ruas, com as edificações recuadas, os jardins fronteiros e os passeios gramados, com arbustos e árvores, acentuando a ideia de convívio com a natureza e propiciando ambiente agradável e acolhedor (REGO, 2015).

No ano de 1933 foi realizado o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna sob o tema da Cidade Funcional. Deste encontro resultou a conhecida Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993) estabelecendo as diretrizes do Planejamento Territorial moderno baseado em quatro funções primordiais a serem desempenhadas pelas cidades: habitar, trabalhar, recrear e circular. As cidades deveriam ter amplas áreas de vegetação variada onde seriam implantadas edificações isoladas e de alta densidade. O aspecto sanitário é a chave deste documento sugerindo que as aglomerações urbanas deveriam tornar-se cidades verdes. O principal diferencial na concepção da cidade funcional, é que as áreas verdes não são compartimentadas em pequenos elementos de uso privado, mas integradas ao desenvolvimento das diversas atividades comuns aos residentes do bairro, funcionando como um prolongamento da moradia (LE CORBUSIER, 1993). Desta maneira, as áreas verdes deveriam comportar as demandas de recreação dos jardins de infância, servir como suporte para a educação ambiental nas escolas, oferecer centros de convívio e cidadania e todas as atividades relacionadas à habitação.

Uma questão comum entre os dois movimentos é a defesa da Reforma da Terra, onde as normas de uso do solo urbano são para privilegiar o interesse coletivo. Howard (2002) sempre defendeu a visão do planejamento regional e do zoneamento integrado, baseado na noção de se projetar para uma comunidade de residentes. O ponto de divergência destes dois importantes movimentos é a relação entre figura e fundo existente na paisagem. Na cidade jardim a figura é focada nas ruas e praças e ao fundo estão os aglomerados edificadas. Na cidade funcional a figura está focada nas ruas e nos edifícios e ao fundo estão os espaços públicos verdes, funcionando como parques de uso comum para todas as edificações (REGO, 2015).

Durante o Congresso da Federação Internacional das Administrações de Parques e Áreas de Recreio, realizado em 1999, em Hangzhou na China, o pesquisador Chen Xiangyuan propôs a criação de “o grande jardim” (SARAIVA, 2005). Chen afirma que as cidades modernas precisam de um grande jardim construído em toda área urbana com o propósito de suprir as necessidades das populações atuais. Neste grande jardim as praças já existentes devem ser integradas com corredores verdes junto às autoestradas e passarelas, áreas residenciais e comerciais, instituições públicas e de ensino, sempre obedecendo a um planejamento geral dos componentes ecológico de rios, lagos, mares e topografia dos terrenos. Essencialmente o jardim deve estar perto das pessoas, os residentes poderão ver o jardim de suas janelas e poderão se deslocar pelo jardim.

Os argumentos de Chen para esta ampla área verde integrada em toda a cidade vão além do que apenas melhorar o ambiente ecológico da cidade. Ele explica que a nível climático, estes grandes corredores verdes são capazes de fixar as nuvens de poeira da poluição e levá-las ao solo, criam grandes áreas de sombra que mantêm o vapor de água e auxiliam a regulação climática de temperatura e umidade, captam gás carbônico e liberam oxigênio, facilitam a circulação do ar por entre os edifícios, minimizam os impactos das cheias por permitir infiltração de água e seu armazenamento no solo. Ao nível biológico, os jardins integrados são capazes de gerar alimento e servir de refúgio para a fauna silvestre, além de embelezar a paisagem e proporcionar o conforto visual para as pessoas. E ao nível econômico e social, o grande jardim pode impedir a deterioração dos centros urbanos e a desvalorização de áreas com grande capital investido em construções.

A fim de dispor de extensas áreas verdes à disposição da população e limitar o gasto público, Saraiva (2005), sugere a diversificação dos parques em zonas públicas e privadas. Os condomínios residenciais ou centros empresariais podem projetar jardins de uso comum e mantidos com recurso privado. As áreas agrícolas particulares podem ser multifuncionais, produzindo alimentos, embelezando a cidade e recebendo grupos de visitantes aos fins de semana. Assim como o fomento de hortas comunitárias em terrenos públicos, alugados ou cedidos em comodato também podem ter caráter multifuncional. E somente as praças, parques e reservas naturais seriam gerenciados pelo poder público. Este autor, assim como Chen, também defende a ideia de uma rede

contínua de áreas verdes abrangendo principalmente o fundo dos vales, as margens dos rios e lagoas e as frentes para o mar, sejam por motivos econômicos de ter manutenção menos onerosa, como motivos ecológicos. Áreas contínuas apresentam manutenção menos onerosa, pois facilitam os métodos mecanizados e evitam o deslocamento de maquinário. A localização dos parques próximo dos cursos de água aumenta o valor paisagístico e reduz os prejuízos das inundações, pois se projetados corretamente podem ser capazes de comportar a cheias durante períodos de alto volume pluviométrico.

No Brasil, o Planejamento Regional foi baseado na industrialização e centralização, na segunda metade do século XX apenas algumas cidades cresceram rapidamente. Com isto houve uma polarização de grandes cidades, com grande poder de atração da população das cidades vizinhas por oferecer atividades econômicas diversas, bens e serviços, instrumentos assistenciais e educacionais inexistentes nas pequenas cidades (RIGHI, 1983). Porém, este rápido crescimento dos aglomerados urbanos não foi acompanhado pela oferta de equipamentos como sugerido pela carta de Atenas, para o desempenho das funções de recrear e circular, e com isto os problemas relacionados com a qualidade de vida se multiplicaram.

Algumas tentativas de planejamento regional e urbano foram feitas, como as cidades de Brasília e Belo Horizonte. No projeto de Brasília foi desfeita a idéia da cidade-parque tradicional, seja nas superquadras ou nos grandes eixos viários os gramados e árvores esparsas criam áreas verdes contínuas e sem forma legível que envolve as edificações. O espaço urbano foi organizado pela interação de usos entre as ruas e a face visível da infraestrutura, a arquitetura dos edifícios contrasta com a vegetação que lhe faz fundo e dão lugar aos espaços de uso público. Desse modo, o urbanista do movimento moderno abandonou a rua-corredor, e as vias urbanas passaram a cruzar imensidões verdes quase indistintas (REGO, 2015).

A para viabilizar o ordenamento territorial dos municípios brasileiros, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana determinando a obrigatoriedade da elaboração de um Plano diretor nas cidades com mais de 20 mil habitantes. Porém, somente em 2001 foi promulgada a lei 10.257, denominada Estatuto da Cidade, que criou instrumentos que permitem o poder público regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Um destes instrumentos é o Direito de Preempção, que confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Baseada no plano diretor, o município delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção para implantação de equipamentos urbanos e comunitários; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico; dentre outras (BRASIL, 2001).

Outro instrumento estabelecido no Estatuto da Cidade é o das Operações Urbanas Consorciadas. Baseado no plano diretor, o Poder Público Municipal, poderá

coordenar obras de revitalização na cidade com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental do espaço. O Poder Público municipal pode ainda se valer do instrumento da Transferência do Direito de Construir, onde baseado no plano diretor, pode autorizar o proprietário de imóvel urbano exercer a mesma atividade em outro local, quando o imóvel for considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários ou para fins de preservação, quando o imóvel for de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural (BRASIL, 2001).

### 3 MÉTODO

Este estudo adquiriu caráter fenomenológico ao se basear na teoria de campo de Kurt Lewin, onde mais importante do que descrever a realidade é entender a percepção que o indivíduo tem do ambiente e compreender seu comportamento (LEWIN, 1958). A teoria de Lewin vê o comportamento humano como resultado da função entre a percepção congitiva da pessoa e os fatores do meio externo, podendo ser expressa pela fórmula:  $C = F(P * A)$ . A análise do comportamento é capaz de responder questões muito particulares sobre os fenômenos da relação das pessoas com os equipamentos e o ambiente, porque considera um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes intrínsecos em cada indivíduo. (MINAYO, 2001).

O método utilizado nesta pesquisa foi de entrevista semiestruturada, com objetivos específicos de: a) Identificar o espaço verde de uso público mais utilizado; b) definir o uso mais frequente; c) delimitar a periodicidade de utilização; d) determinar os anseios dos usuários acerca dos elementos que compõem o espaço.

O público alvo selecionado foi uma turma de estudantes do ensino superior. Trata-se de um grupo relativamente homogêneo, com idade variando entre 20 e 25 anos, residentes no município de Palhoça, que trabalham durante o dia em atividades diversas e no turno da noite estudam juntos no referido curso. No mês de julho de 2015 os estudantes presentes em sala de aula foram convidados a participar de uma pesquisa sobre o uso de espaços verdes públicos. Aqueles que não quiseram participar da pesquisa poderiam se ausentar da sala.

Inicialmente o pesquisador se apresentou e explicou que espaços verdes de uso público considerado nesta pesquisa poderiam ser qualquer praça, jardim ou parque onde o acesso fosse público e gratuito. Os entrevistados foram estimulados a pensar se eles utilizavam algum espaço deste tipo, para qualquer que fosse o uso, desde passear eventualmente, praticar esportes ou simplesmente cortar caminho para pegar o ônibus. No segundo momento, os estudantes foram questionados sobre a organização deste espaço e que outros elementos eles gostariam de ver e utilizarem suas visitas.

Para a coleta dos dados foram distribuídas folhas de papel em branco e as perguntas feitas durante a conversa inicial foram escritas no quadro. Os estudantes expressaram suas opiniões por escrito e entregaram imediatamente ao pesquisador. As perguntas foram:

- 1- Você utiliza algum espaço verde público em seu município?
- 2- Qual é este espaço?
- 3- Que atividade você realiza nele?
- 4- Com que frequência você o utiliza?
- 5- Qual sua opinião sobre a organização deste espaço?
- 6- Que elementos você gostaria de ver e poder utilizar?

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os estudantes presentes em sala de aula se disponibilizaram a participar da pesquisa, isto demonstra a relevância do tema para a juventude. Na primeira pergunta sobre o uso de algum espaço verde público todos os entrevistados disseram que utilizam este tipo de ambiente. O fato de todas as respostas para esta pergunta ser positivo enfatiza a necessidade de espaços verde para uso da população. “Assim o homem tem direito à observação e ao relacionamento com a natureza, e esse direito deve ser traduzido à nível de planejamento” (SARAIVA,2005).

O espaço verde de uso público mais citado nas entrevistas foi o Passeio Pedra Branca; parque urbano construído pela iniciativa privada como medida compensatória da implantação de loteamento residencial. Este espaço é composto por um circuito para pedestres de aproximadamente 1 km ao redor de um lago artificial. O percurso é todo pavimentado em concreto e cercado por áreas gramadas, canteiros de flores e árvores esparsas. Em alguns pontos são disponibilizados bancos para descanso e em outros, as áreas gramadas são mais amplas para realização de brincadeira e banhos de sol.



Vista aérea do Parque Passeio Pedra Branca.

Fonte: <http://www.supervisaomoveis.com.br/>  
(acessado em 13/09/2016).



Vista interna do Parque Passeio Pedra Branca.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/211513>  
(acessado em 13/09/2016).

Os entrevistados que citaram o Passeio Pedra Branca afirmaram que o utilizam regularmente durante os finais de semana. O principal uso indicado foi o passeio com filhos pequenos e/ou com seus cachorros e em segundo, foi citada a prática de exercício físico de caminhada ao redor do lago. Tal é a necessidade de estar ao ar livre que as visitas ao parque são bastante frequentes. Neste ambiente as pessoas podem também experimentar o contato com os animais, mesmo que não seja seu próprio animal de estimação o contato visual com pássaros, saguis, peixes e outros transmite afetividade e curiosidade às pessoas, em especial às crianças (SARAIVA, 2005).

Todos os entrevistados que utilizam este espaço afirmaram estarem satisfeitos com a sua organização. Porém, quando questionados sobre que elementos gostariam de ter e utilizar nesta área verde, todos apresentaram aspirações. Alguns gostariam de ter mais elementos de lazer como quadras esportivas e brinquedos para as crianças. A maioria das citações foram referentes à elementos de infraestrutura como mesas, bancos, churrasqueiras, banheiros e estacionamento. A referencia à estes elementos expressa a ideia de que as pessoas gostariam de passar mais tempo no parque, mas não o fazem por não conseguirem suprir suas necessidades fisiológicas. A citação da necessidade do estacionamento sugere que os usuários não são moradores próximos, eles se deslocam de bairros distantes para usufruir de infraestrutura que não existe próxima de suas residências.

Todos estes modelos de resposta estão de acordo com a teoria da quase necessidade de Lewin Kurt, onde um estímulo do ambiente pode ativar uma necessidade do indivíduo e gerar nele uma quasenecessidade. Segundo Lewin (1958) algumas situações, objetos ou atividades podem ser atrativas ou repulsivas de acordo com o objetivo do usuário. A validação de uma necessidade é fruto da relação entre a tensão interna gerada por uma quasenecessidade e as qualidades próprias de um determinado objeto, situação ou atividade exercida pelo usuário. Assim, a partir dos objetivos das pessoas, representados pelas necessidades e quasenecessidades, desenvolve-se um sistema de forças atrativas ou repulsivas que leva o indivíduo a se apropriar da área verde como elemento de prazer para a família ou repudiar o espaço pela falta de elementos atrativos.

## 5 CONCLUSÃO

Neste estudo vimos à necessidade do relacionamento das pessoas com os elementos da natureza, porém os moradores entrevistados expressaram que são poucas as possibilidades de suprir esta demanda. Apesar de a legislação federal estabelecer na primeira diretriz do estatuto das cidades a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, a maioria dos entrevistados não dispunham de parque

para visitação próximo de suas casas, a área verde mais citada neste estudo foi construída pela iniciativa privada e era a melhor opção deste tipo de lazer na área central do município.

O crescimento exagerado dos centros urbanos até os processos de conurbação apresentam custos ambientais, econômicos e sociais tão elevados que devemos pensar se os altos preços da especulação imobiliária, a dependência de produtos industrializados, a falta de espaço vital e de contato com a natureza e a insegurança das cidades são justificadas, ou se podemos alterar este cenário. Muitos são os estudos práticos e teóricos que tentam impedir a degradação da qualidade de vida nas cidades. Saraiva (2005) defende a ideia de que com a formação de centros urbanos cada vez maiores o planejamento deve começar pelo ordenamento territorial, analisando o conceito de paisagem e incorporando os fundamentos do paisagismo.

Segundo Saraiva (2005), antes da implantação de novos equipamentos ou construções deve ser feito um estudo prévio de todas as possibilidades para encontrar a mais favorável, ponderando seus benefícios e impactos negativos. Em todo o processo de planejamento a população direta e indiretamente afetada precisa ser consultada de forma organizada, pois a final é para elas que se projeta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: EdUSP, 1983.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em [www.http://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br). Acessado em 24 jul 2015.

BRASIL. Lei Federal n.10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em [www.http://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br). Acessado em 24 jul 2015.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 2002.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LEWIN, KURT. **Resolving Social Conflicts and Field Theory in Social Science**. London: Harper & Row, 1948.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; NETO, O.CRUZ., GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.



12º Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial  
10º Encontro de Cadastro Técnico Multifinalitário para os países do Mercosul  
7º Encontro de Cadastro Técnico Multifinalitário para os países da América Latina  
ISBN 1980 - 4520

REGO, Renato Leão. **Forma urbana e arborização no século 20**: As distintas abordagens na cidade jardim, na cidade bela e na cidade funcional. *Arquitextos*, vol. 15, n.2, p. 97-103.

RIGHI, Roberto. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1983.

SARAIVA, António Paula. **Princípios de Arquitectura Paisagista e de Planeamento do Território**. Lisboa: Ed. Mirandela, 2005.